



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Relatório de Atividades

4º trimestre de 2022



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	3
GOVERNANÇA DO TCEES _____	4
Visão Geral Organizacional _____	4
Projetos Prioritários _____	5
Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas _____	7
UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES _____	11
Corregedoria _____	11
Controle Interno _____	11
INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE _____	13
Ouvidoria _____	13
Gestão da Comunicação _____	14
Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos _____	17
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO _____	18
Gestão de Pessoas _____	18
Gestão Educacional _____	19
Gestão Orçamentária e Financeira _____	21
Gestão Documental _____	22
Gestão da Tecnologia _____	23
AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO _____	27
Saúde _____	28
Educação _____	29
Mobilidade Urbana _____	29
Resíduos Sólidos _____	30
Saneamento Básico _____	31



Obras Públicas _____	31
Concessões e Privatizações _____	31
Patrimônio Público _____	32
Auditoria Financeira _____	32
Receitas _____	32
Gestão Fiscal _____	33
Parcerias Interinstitucionais _____	34
ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS _____	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	37
ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL _____	39



INTRODUÇÃO

No 4º trimestre de 2022, em atendimento a sua função fiscalizadora e orientadora, o TCEES executou importantes ações e alcançou resultados positivos, tanto na área do controle da gestão pública quanto na área administrativa.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, IX e 169, §§1º e 2º da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES) e no art. 71, §4º da Constituição Estadual, esta Corte de Contas elabora, trimestralmente e anualmente, o documento denominado Relatório de Atividades, que é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O RITCEES, em seu artigo 169, §2º, traz que os relatórios de atividades conterão, além de outros elementos, as atividades específicas no tocante ao julgamento e apreciação de contas e de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (ASGOV), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração deste relatório que contempla informações de destaque que foram prestadas por diversas unidades do TCEES.



GOVERNANÇA DO TCEES

Visão Geral Organizacional

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e câmaras municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências do Tribunal em fiscalizar o atendimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de sete conselheiros, dois conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas



e quadro próprio de servidores para cumprir as finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.

Projetos Prioritários

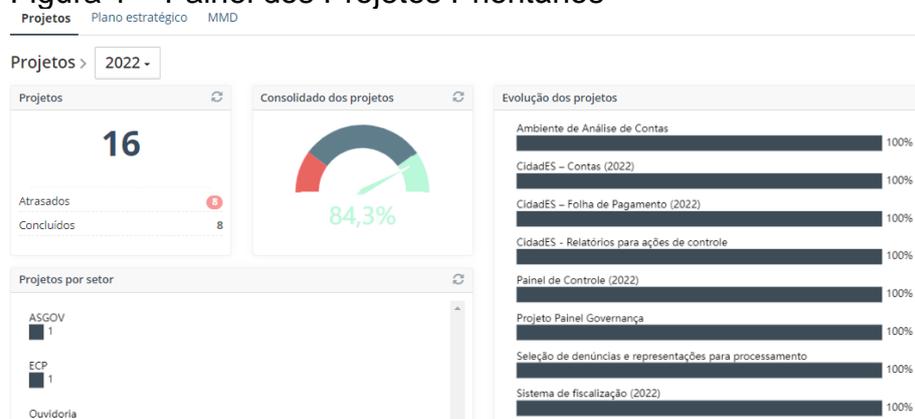
Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

A instituição da metodologia de gestão de projetos no âmbito do TCEES encontra-se regulamentada pela Resolução TC nº 351/2021, que estabelece os critérios para constituição e gestão de projetos prioritários.

Os projetos prioritários de 2022 foram concebidos, dentre outros motivos, visando o desenvolvimento de soluções que devam resultar na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

No 4º trimestre de 2022, foi concluído o projeto Painel Governança, que permite maior transparência acerca do andamento dos projetos prioritários da Corte de Contas.

Figura 1 – Painel dos Projetos Prioritários



Fonte: e-TCEES



Ainda no período, o Conselho Superior de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo aprovou os projetos prioritários para o ano de 2023.

A lista dos projetos para 2023 foi formada após discussões com os gestores das unidades e com a Assessoria de Governança, que conduziu o processo.

A seleção dos projetos prioritários do TCEES levou em consideração os critérios estabelecidos no Marco de Medição e Desempenho dos Tribunais de Contas, para fortalecer os procedimentos internos da Corte, os trabalhos técnicos de fiscalização e estimular o controle e a participação social.

Dos 21 projetos aprovados, 16 envolvem recursos de Tecnologia da Informação do TCEES, área fundamental para se alcançar eficiência e efetividade das ações administrativas e de controle externo.

Abaixo, apresenta-se a relação dos projetos prioritários para o ano de 2023.

Quadro 1 – Projetos prioritários para o ano de 2023

	Unidade Patrocinadora	Projeto
1	Presidência	Implementação da avaliação de desempenho com foco em competências (2023)
2	Segex	CidadES - Contas (2023)
3	Segex	CidadES - Contratação (2023)
4	Segex	CidadES - Relatórios para ações de controle (2023)
5	Segex	CidadES - Atos de Pessoal - Admissão (2023)
6	Segex	CidadES - Atos de Pessoal - Concessão de Benefícios (2023)
7	Segex	CidadES - Folha de Pagamento (2023)
8	Segex	CidadES - Ambiente de análise de contas (2023)
9	Segex	Painel de Controle (2023)
10	Segex	Monitoramento das Políticas Públicas Sociais
11	Segex	Observatório do Saneamento Básico do Espírito Santo
12	Segex	e-TCEES - Seleção de denúncias e representações para processamento (2023)
13	Segex	e-TCEES - Padronização e gestão de achados (2023)



14	Segex	e-TCEES - Instrução Assistida (2023)
15	Segex	Ações inovativas para as fiscalizações
16	Segex	Controle Interno
17	Segafi	e-TCEES - Implantação do módulo férias
18	Segafi	e-TCEES evolução do acesso identificado
19	Segafi	Processo de Gestão Administrativa (2023)
20	Ouvidoria	Sistema Conta pra gente: Atendimento dos direitos dos titulares de dados pessoais em cumprimento à Resolução TC nº 358/2021
21	SGTI	Atualização tecnológica das plataformas de software do TCEES
		Projetos que envolvem recursos de Tecnologia da Informação do TCEES

Fonte: Assessoria de Governança

Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas

O Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) é uma ferramenta desenvolvida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Este instrumento permite identificar as oportunidades de melhorias e os pontos de excelência e qualidade dos tribunais de contas. E, uma vez detectadas as boas práticas, há possibilidade de compartilhamento de conhecimentos entre as cortes de contas, contribuindo para a uniformização e eficiência dos métodos de controle e de procedimentos.

A metodologia utilizada na avaliação tem como base critérios estabelecidos pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (Intosai), incorporando as diretrizes da Atricon, as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NABSP) e as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs).

Recentemente, o MMD-TC obteve certificação com base na norma de referência ISO 17021 de Sistema de Gestão. A Fundação Vanzolini, membro pleno da organização *The International Certification Network IQNet* (rede internacional de entidades certificadoras), foi a responsável pela verificação dos critérios necessários a esta certificação. Em 2022, o TCEES caiu na amostra para ser



acompanhado pela Fundação, que concluiu que a instituição está aderente e que os processos de avaliação foram realizados de forma consistente e efetiva.

Na avaliação de 2022, o TCEES alcançou 76% de cumprimento dos indicadores, resultado 38% maior do que o do ano de 2019, quando se registrou 55% de cumprimento dos indicadores. Dos 20 indicadores analisados, o Tribunal registrou nota 4 (máxima) em oito deles e recebeu a nota 3 em 6 indicadores.

Figura 2 – Notas dos indicadores

Marco de Medição de Desempenho - MMD

Gráfico Sintético Quadro Analítico Sobre

	2019		Semestres 2020		2021	2022 ⓘ	
	Nac.	TCE	1º	2º		Nac.	TCE
▼ Independência e Marco Legal							
▶ 1 Composição, Organização e Funcionamento dos TCs	3,18	4	4	4	4	3,36	4
▼ Governança Interna							
▶ 2 Liderança	1,94	3	3	3	3	2,55	4 ↑
▶ 3 Estratégia	2,27	3	3	3	4 ↑	2,85	3 ↓
▶ 4 Accountability	2,21	3	3	4 ↑	4	2,55	4
▶ 5 Agilidade no Julgamento e Gerenciamento de Prazos de Processos	1,58	2	2	2	3 ↑	1,82	2 ↓
▶ 6 Gestão de Pessoas	2,06	2	2	2	2	2,3	2
▶ 7 Desenvolvimento Profissional	1,85	1	2 ↑	2	2	2,33	2
▼ Fiscalização e Auditoria							
▶ 8 Planejamento Geral de Fiscalização e Auditoria	1,55	2	2	2	2	1,97	3 ↑
▶ 9 Controle e Garantia de Qualidade de Fiscalizações e Auditorias	1,15	2	1 ↓	1	2 ↑	1,33	4 ↑
▶ 10 Auditoria de Conformidade	1,27	1	1	2 ↑	2	1,3	4 ↑
▶ 11 Auditoria Operacional	1,39	1	1	1	0 ↓	1,64	2 ↑
▶ 12 Auditoria Financeira	0,67	1	1	1	1	0,88	1
▶ 13 Controle Concomitante Externo	2,18	2	2	2	3 ↑	2,82	3
▶ 14 Acompanhamento das Decisões	0,88	3	3	3	3	1,3	3
▶ 15 Informações Estratégicas Para o Controle Externo	2,48	4	4	4	4	2,94	4

Fonte: e-TCEES



Nesta avaliação, também constou 5 indicadores relacionados à pandemia. No quesito “saúde” e “gestão fiscal e auxílios intergovernamentais”, o TCEES alcançou nota 4 (máxima). Nos indicadores de “educação” e “transparência”, nota 3, e no de “assistência social, manutenção de empregos e financiamento ao setor privado”, nota 2.

Quadro 2 – Notas dos indicadores relacionados à pandemia.

DOMÍNIO G: FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DURANTE A PANDEMIA	
Indicador	Avaliação 2022
QATC 26 - SAÚDE	4
QATC 28 - GESTÃO FISCAL E AUXÍLIOS INTERGOVERNAMENTAIS	4
QATC 29 - EDUCAÇÃO	3
QATC 30 - TRANSPARÊNCIA	3
QATC 27 - ASSISTÊNCIA SOCIAL, MANUTENÇÃO DE EMPREGOS E FINANCIAMENTO AO SETOR PRIVADO	2

Fonte: Assessoria de Governança

O MMD-TC também destacou boas práticas realizadas ao longo do ano. A comissão avaliadora identificou 5 boas práticas do TCEES para serem replicadas pelo Brasil. As boas práticas foram: Seleção de Ações de Controle a partir do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; o Sistema de controle de qualidade das fiscalizações; o Painel de Concessões Comuns e PPP; o Painel de Obras Paralisadas, contendo painel de obras em andamento com necessidade de atenção especial, a partir de inteligência de máquina; e o Sistema informatizado para registro dos benefícios auferidos pela sociedade em decorrência das ações de controle.



Quadro 3 - Boas práticas do TCEES

TÍTULO	INDICADORES ASSOCIADOS
Painel de Concessões Comuns e PPP	(Controle Concomitante Externo). O controle concomitante abrange o acompanhamento das parcerias da administração pública (PPPs, concessões, permissões). (Controle Concomitante Externo) O TCE possui ferramentas eletrônicas que viabilizam o recebimento, processamento e análise de documentos e informações dos jurisdicionados.
Painel de Obras Paralisadas	(Controle Concomitante Externo) O TCE possui ferramentas eletrônicas que viabilizam o recebimento, processamento e análise de documentos e informações dos jurisdicionados.
Seleção de Ações de Controle a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Planejamento geral de fiscalização e auditoria
Sistema informatizado para registro dos benefícios auferidos pela sociedade em decorrência das ações de controle	Acompanhamento das decisões
Sistema de controle de qualidade das fiscalizações	Controle e Garantia de Qualidade de Fiscalizações e Auditorias

Fonte: Assessoria de Governança



UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES

Corregedoria

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2022-2023, o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo e desenvolver atividades disciplinares, visando a melhoria do desempenho do órgão e a prevenção e apuração de condutas de membros e servidores.

No 4º trimestre de 2022, a Corregedoria, conforme o Planejamento Anual de Correição 2022, finalizou o trabalho de correição, explorando o Observatório de Desempenho Institucional, que teve como objetivo identificar os tipos de processos que apresentavam pontos de controle, possibilitando a melhoria da eficiência na instrução e julgamento dos processos de controle externo apontados na correição, proporcionando também o incremento na pontuação desta Corte na dimensão 5, do MMD, da Atricon.

Ainda no período, foram realizadas diversas atividades técnicas e administrativas, tais como acompanhamento dos prazos dos processos de controle externo; elaboração de Relatórios Mensais do Observatório de Desempenho Institucional e do Boletim Semestral do Observatório de Desempenho Institucional. Também houve a elaboração de portarias; instrução de processos preliminares; suporte/atendimento às unidades técnicas e administrativas do Tribunal; suporte às Comissões Permanentes Disciplinares e à Comissão de Ética Profissional do Servidor; apresentação dos sistemas e produtos da Corregedoria a outros tribunais de contas, bem como a elaboração e encaminhamento de proposta de minuta de alteração regimental e de minuta de resolução alterando a Resolução 300/2016.

Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o



Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.

No 4º trimestre de 2022, o NCI realizou um levantamento das informações constantes na guia de normas internas de procedimentos na página do NCI na intranet, promovendo a revisão e instrução necessária, possibilitando o acesso atualizado às referidas normas, atos de aprovação e histórico.

Foi realizada uma auditoria de conformidade no macroprocesso “Gestão de Compras, Licitações e Contratos”, no que tange à execução dos contratos administrativos firmados pelo TCEES, conforme previsto no Plano Anual das Atividades de Controle Interno 2022.

Foi realizada a instrução do processo que versa acerca do Relatório de Gestão Fiscal do TCEES – 2º quadrimestre de 2022, com a análise relacionada aos documentos e demonstrativos acostados aos autos.

Foi realizado também o acompanhamento de novas implementações na página institucional do TCEES e no Portal da Transparência, relatando à comissão avaliadora o atendimento aos critérios preestabelecidos na Resolução Atricon nº 09/2018, alterada pela Resolução Atricon nº 01/2022, respondendo ao Ofício nº 05727/2022-1. Tal empreitada refere-se ao Levantamento Nacional da Transparência Pública.



INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

Ouvidoria

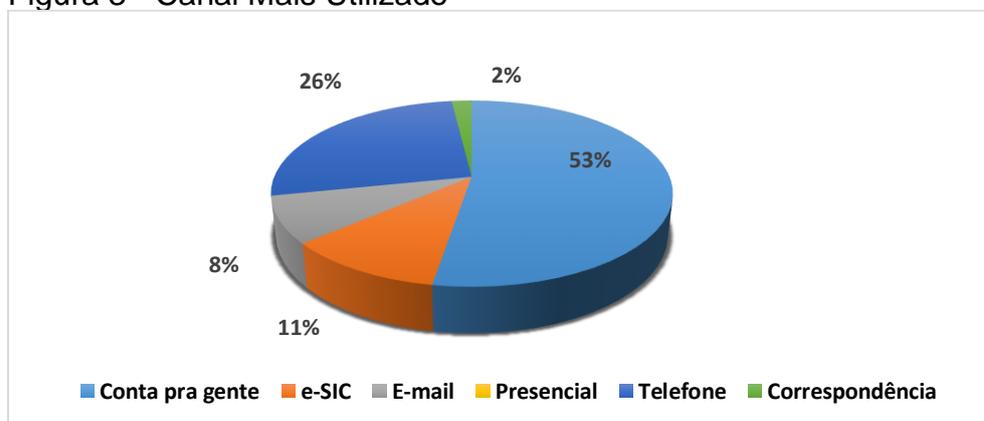
A Ouvidoria é um canal que contribui para uma maior transparência e eficiência na Administração Pública. Prevista no artigo 7º, da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCEES foi criada no ano de 2013 com a importante função de promover a participação dos cidadãos no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCEES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

No 4º trimestre de 2022, a Ouvidoria do TCEES realizou o registro de 209 demandas, sendo 186 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 23 pedidos de acesso à informação.

O canal mais utilizado pela população para o envio de manifestações é o sistema Conta pra Gente, com o recebimento de 110 manifestações, o que correspondeu a 53% do total de manifestações recebidas, como ilustrado no gráfico a seguir:

Figura 3 - Canal Mais Utilizado



Obs: Incluído como correspondência os ofícios do Ministério Público e outros órgãos protocolados no NCD.
Fonte: Ouvidoria



No 4º trimestre de 2022, foram respondidas pela equipe da Ouvidoria 213 demandas, sendo 188 demandas típicas de Ouvidoria e 25 pedidos de acesso à informação, tendo sido todas atendidas dentro do prazo legal (Lei nº 12.527/2011 e Lei 13.460/2017).

Sobre o índice de satisfação do usuário acerca do atendimento prestado pela Ouvidoria, aponta-se, no período, o recebimento de 37 avaliações (25 no sistema “Conta pra Gente”, 2 por e-mail e 10 no sistema e-SIC), sendo que em 26 avaliações (74%) os usuários avaliaram o atendimento com notas 5 (muito satisfeito – 21 avaliações) e 4 (satisfeito – 5 avaliações).

Gestão da Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, visando a transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Instagram e Twitter, o TCEES amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet. No quadro a seguir estão dispostos dados acerca da atuação da Assessoria de Comunicação (ASCOM).

Quadro 4 - Principais atividades da ASCOM

Principais atividades de comunicação	4º trimestre de 2022
Jornalismo	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	10
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	7
Nº de notícias publicadas em veículos de imprensa	452
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 14.017.625,96
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	171
Nº de notícias inseridas na Intranet	66
Redes sociais	
Nº de postagens em redes sociais	158



Nº de impressões / visualizações em redes sociais	583.119
Nº de vídeos postados (Facebook e Instagram)	29
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	200
Audiovisual	
Nº de campanhas internas realizadas	2
Número de peças produzidas audiovisuais produzidas	57

Fonte: ASCOM

Em 2022, os acessos às notícias do Portal do TCEES tiveram crescimento de 6,67% em relação ao ano anterior. Ao todo, foram 1.333.275 usuários durante o ano.

Para celebrar o Dia do Servidor, foi realizado um evento presencial, no auditório do TCEES, cujo tema foi: “Nosso time só é completo com você!”. O evento contou com a palestra do ex-atleta Oscar Schmidt, que apresentou a palestra “Paixão”, e também com a entrega de medalhas de homenagem aos servidores que completaram 10, 20, 30, 40 e 50 anos de serviço na instituição. Para o evento houve a criação de identidade visual, plotagem de backdrop, ambientação e aplicação da identidade visual no hall do auditório do Tribunal preparados pela Ascom.

No âmbito das redes sociais, houve a cobertura e divulgação do evento interno nos stories do Instagram do Tribunal, criação de posts publicados no Instagram, Facebook e LinkedIn, que deram visibilidade ao evento como um todo, além de criação de publicações mostrando os homenageados. Vídeos foram produzidos pelo setor de Audiovisual da Ascom, como apoio para a recepção dos convidados e publicação do evento. O primeiro deles um vídeo (9x16) produzido para o grupo de whatsapp, como forma de convocação aos servidores. O 2º foi feito em formato horizontal (16x9) e foi produzido para passar no telão montado no palco do auditório com mensagens de “boas-vindas” aos participantes. Por sua vez, o terceiro vídeo foi produzido em formato reels, com os melhores momentos. Essa material foi postado no Instagram da Corte.



No mês do novembro, servidores da Corte participaram do Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado no Rio de Janeiro. Foram três dias de evento, com palestras e oficinas voltadas para servidores dos tribunais de contas de todo o País.

A Ascom foi representada pelos coordenadores dos núcleos de Audiovisual e de Publicidade. A cobertura planejada envolveu registro de fotos, produção de vídeos e posts de todos os tipos nas principais redes sociais da Corte. Durante o Congresso, a assessoria foi responsável por uma grande quantidade de stories informativos sobre as palestras e divulgando, em tempo real, a participação dos servidores e membros do TCEES. Foram dezenas de apresentações e oficinas fotografadas, o que permitiu a criação de posts estilo carrossel, reels com imagens animadas, stories e posts no feed do Instagram e no Facebook da Corte. Vídeos gravados por celular foram feitos pelos envolvidos, para dar celeridade à cobertura. Dois vídeos foram produzidos de forma mais robusta, utilizando-se de entrevistas gravadas para divulgar o trabalho do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa, que é comandado pelo conselheiro Rodrigo Coelho (TCEES).

Ainda neste trimestre, a Ascom organizou a adoção das cartas do Papai Noel dos Correios pelos servidores do TCEES. Em 2022, 132 crianças com idades entre 1 e 5 anos foram contempladas. Para essa divulgação foram feitas fotos da entrega aos Correios e criado um vídeo em formato reels, com apoio do setor de Audiovisual, publicado em redes sociais Instagram e Facebook. Também foram produzidos textos para Intranet como forma de ampliar a aderência interna e, para o portal, com o objetivo de dar destaque à ação.

A Ascom também deu sequência a divulgação das informações sobre o concurso de Auditor de Controle Externo com posts nas redes sociais e textos no portal do Tribunal. Também iniciou a divulgação do concurso para Conselheiro Substituto com a criação de um vídeo em formato reels, com apoio do setor de Audiovisual, para as plataformas Instagram e Facebook, assim como criação de textos para o portal da instituição.



Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. No 4º trimestre de 2022, o MPC emitiu 29 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 43.878,53), R\$ 37.706,00 foram em multas recolhidas aos cofres estaduais, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 6.172,53 foram devolvidos aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado no quadro a seguir:

Quadro 5 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no 4º trimestre de 2022.

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES*	4º trimestre 2022
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 37.706,00
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 6.172,53
Total	R\$ 43.878,53

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.



CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no 4º trimestre de 2022 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos do TCEES.

Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

No intuito de demonstrar a visão geral dos colaboradores do TCEES, a seguir consta a representação do seu quadro de pessoal:

Figura 4 - Quadro de pessoal TCEES



Fonte: sistema e-TCEES



Dos 485 colaboradores, 54% são efetivos, 44% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES. A instituição conta com 41 cargos de gestão, sendo 21 ocupados por servidores do sexo masculino e 20 do sexo feminino.

No 4º trimestre de 2022, foram realizadas atividades de valorização, motivação e qualidade de vida dos servidores, como a Oficina de Saúde com o tema “Cuidado com o sono” e a palestra “A prevenção de vícios posturais”.

Em parceria com a Ascom foi promovido o evento para comemoração do dia do servidor público no auditório do TCEES, com a participação especial do Coral de Contas e palestra do Oscar Schmidt, considerado o maior jogador brasileiro de basquetebol e um dos maiores do mundo. Neste evento, alguns servidores foram contemplados com medalhas de reconhecimento pelos anos de dedicação ao trabalho.

Foi realizado ainda estudo técnico para cumprimento do evento de saúde e segurança do trabalho do eSocial. Foi adquirido o módulo do sistema sênior intitulado Saúde e Medicina do Trabalho, com importação e inclusão de dados de servidores, para cumprimento da quarta fase do eSocial, com envio obrigatório em janeiro de 2023.

Ainda no trimestre, foi realizado estudo técnico para alteração do portal de Gestão de Pessoas, considerando a possível vulnerabilidade do atual painel RH. Desta forma, optou-se por adquirir novo módulo, agora intitulado Painel de Gestão, em que foram efetuados diversos procedimentos de importação e inclusão de dados relacionados aos postos de trabalho para implantação do referido módulo em 2023.

Gestão Educacional

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus membros, servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).



No 4º trimestre de 2022, houve a participação de 9.986 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e os jurisdicionados, nos eventos e cursos promovidos pela ECP em modalidade presencial e à distância. O Encontro de Formação em Controle - Enfoc foi realizado nos polos de Anchieta e Alegre.

No quadro a seguir apresenta-se os resultados da capacitação neste trimestre.

Quadro 6 - Resultados da capacitação

Resultados da capacitação	4º trimestre 2022
Eventos	71
Eventos para servidores do TCEES	48
Interno (promovido pelo TCEES)	6
Externo (promovido por outras instituições)	13
Iniciativa do servidor	1
Outros eventos	3
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	47
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	12
Pessoas capacitadas	9.986
Servidores e membros do TCEES	667
Jurisdicionados (Presencial)	2.272
Jurisdicionados (EAD)	7.017
Horas de capacitação	44.451
Servidores e membros do TCEES	15.059
Jurisdicionados (Presencial)	16.142
Jurisdicionados (EAD)	13.250

Fonte: ECP

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$ 2.039.807,71 foram utilizados até o momento R\$ 775.843,05.



Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do TCEES para o exercício de 2022 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 174.706.419,00. O Quadro a seguir apresenta a execução orçamentária ocorrida no trimestre avaliado.

Quadro 7 - Execução orçamentária

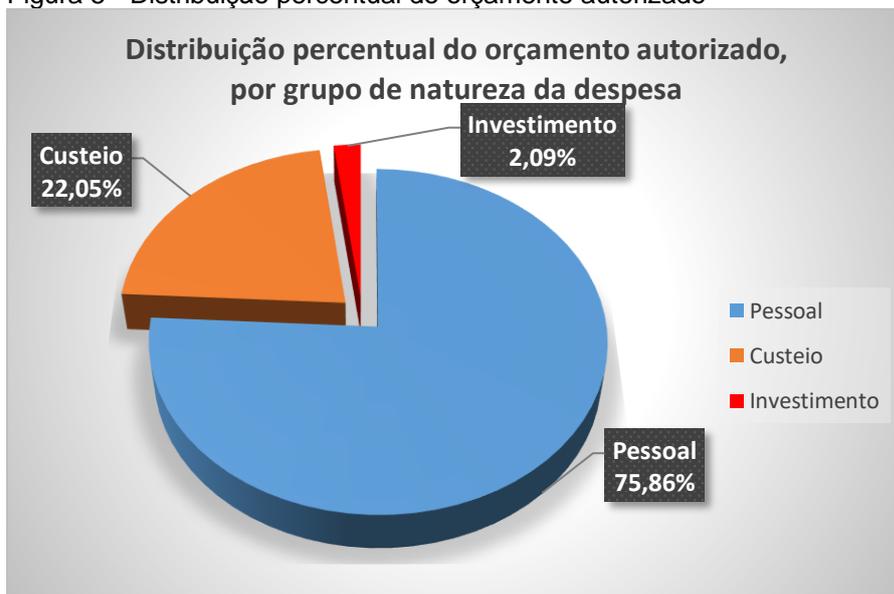
Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	170.201.146,00	167.499.925,00	156.859.935,83	152.587.021,48	152.341.062,75
Pessoal	141.786.565,00	129.772.595,00	128.229.142,81	127.877.600,29	127.631.641,56
Pessoal - Ativo	112.786.565,00	129.772.595,00	128.229.142,81	127.877.600,29	127.631.641,56
Outras despesas (custeio)	28.414.581,00	37.727.330,00	28.630.793,02	24.709.421,19	24.709.421,19
Despesas de capital (investimento)	4.505.273,00	3.578.480,00	1.752.980,47	997.539,72	997.539,72
Total Geral	174.706.419,00	171.078.405,00	158.612.916,30	153.584.561,20	153.338.602,47

⁽¹⁾ Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)

Também podem ser observados graficamente a distribuição percentual do orçamento autorizado e da despesa liquidada, ambos classificados por grupo de natureza da despesa:

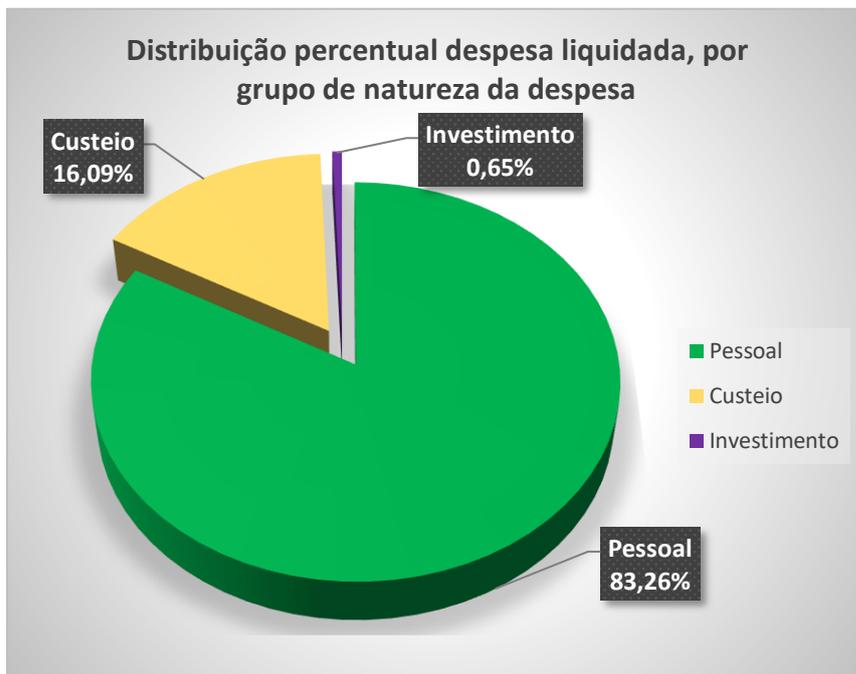
Figura 5 - Distribuição percentual do orçamento autorizado



Fonte: SFC



Figura 6 - Distribuição percentual de despesa liquidada



Fonte: SFC

Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle dos Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro a seguir constam algumas ações realizadas pela unidade:

Quadro 8 - Atividades NCD

Atividades NCD	4º trimestre de 2022
Correspondências expedidas	522
Correspondências recebidas	1.137
Nº de processos arquivados	2.551
Nº de atendimentos online	1.603
Nº atendimentos presenciais	544

Fonte: NCD



Gestão da Tecnologia

O TCEES vislumbrava há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que vem possibilitando a manutenção do teletrabalho. No quadro abaixo são demonstrados alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 9 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	4º trimestre 2022
Estações de trabalho	655
Servidores com acesso aos recursos da rede	558
Número de chamados resolvidos no período	1.882
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4
Sistemas em funcionamento	83
Desenvolvidos pela SGTI	70
Adquiridos de terceiros	13

Fonte: SGTI

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 10 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistema de suporte ao Controle Externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a Secretaria do Ministério Público Especial de Contas (SMPC) na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Ambiente de Validação do Sistema de Contratação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados testarem o envio, por meio da internet, dos dados referentes à contratações públicas.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.



Banco de Achados	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria.
diárioBOT	O diárioBOT é um robô que coleta publicações do Diário Oficial do Espírito Santo e do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e utiliza inteligência artificial a fim de tentar prever a qual tema cada publicação pertence, conforme as especialidades das unidades técnicas do TCEES.
Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.
Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Acompanhamento do MMD	Gestão do painel do e-TCEES que exhibe a avaliação do TCEES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON. Estão disponíveis as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none">• Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV;• Quadro Analítico: exhibe-se as notas obtidas em cada marco de medição.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
LRFWeb	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
NF-e Públicas	Este painel apresenta informações relativas às notas fiscais das compras públicas que foram realizadas no Estado do Espírito Santo. Os dados utilizados são obtidos através de um convênio do TCE-ES com a SEFAZ-ES.



PACE – Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE).
Painéis de Gestão	<p>Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais.</p> <p>Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão:</p> <ul style="list-style-type: none">• Meu setor<ul style="list-style-type: none">- Mesa- Visão Geral- Planejamento- Fiscalizações- Processos- Tarefas- Desempenho- Colaboradores- Custos e benefícios• Observatório<ul style="list-style-type: none">- Cumprimento Resolução 300 e MMD- Prazos para julgamento- Prazos no setor- Prazos de tarefas- Tempo no setor• Controle externo<ul style="list-style-type: none">- Prioritários- Visão geral- Fiscalizações- Benefícios- Sessões- Deliberação- Ouvidoria- Sobrestados• Administrativo<ul style="list-style-type: none">- Execução orçamentária- Gestão do orçamento- Recursos Humanos- MMD- Processos- Planejamento- Prazos por processo <p>Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.</p>
Portal de Análise de Dados	O painel de análise de dados possui ferramentas e informações para apoiar na análise de dados nas bases do TCEES e permitir que os próprios servidores possam, de forma independente, construir as consultas e painéis de que necessitam.
Prestação de Contas Anual	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).



Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Publicação Demonstrativos Fiscais	A Publicação de Demonstrativos Fiscais é utilizado principalmente pelo setor NGF, na busca de publicações do Diário Oficial do Estado e do Diário Oficial dos Municípios que contenham informações sobre os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO.
Protocolo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
Sistema de Atos de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Comunicação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita que os servidores cadastrados como responsáveis no CidadES visualizem, respondam ou tomem ciência das comunicações encaminhadas pelo TCEES.
Sistema de Estrutura de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.
Sistema de Fiscalização	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
Sistema de Folha de Pagamento	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
Sistema de Índícios	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos servidores do TCEES a gestão (identificação, submissão, análise e encaminhamento da resposta) de possíveis problemas/acompanhamentos identificados em processos de controle externo, trilhas de auditoria, denúncias, entre outros.
Sistema de Levantamento de Educação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.
Sistema Informatizado de Suporte à Auditoria (Sisaud)	<p>Serviço anteriormente utilizado para recebimento dos dados referentes à abertura do exercício, às prestações de contas bimestrais e informações adicionais dos jurisdicionados municipais do TCEES. O sistema recebeu dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012.</p> <p>Esse serviço foi descontinuado a partir do exercício de 2013, sendo substituído pelos serviços de Prestação de Contas Anual e Mensal do sistema CidadES. Atualmente é utilizado apenas para consulta.</p>

Fonte: SGTI



AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é o instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No 4º trimestre de 2022, foram realizadas análise e instrução de processos de consultas, recursos, representação, denúncia e os referentes às prestações de contas anual (contas de governo e gestão) e, ainda, de processos relacionados a atos concessórios e de admissão de pessoal enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas.

Ressalta-se ainda que, mensalmente, são elaborados Boletins da Macrogestão Governamental com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos. O Tribunal disponibiliza este instrumento por meio do link do Painel de Controle:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/2022/boletimMensal>

Foi também elaborado o Informe nº 4 acerca da síntese da análise econômica das contas municipais de 2021, disponibilizado no link do Painel de Controle: <https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/2022/informativo>.

As informações disponibilizadas no Painel de Controle possibilitam o acompanhamento da gestão fiscal, geração de certidões, e diversas ações de controle social e externo.

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:



Saúde

Foi realizada auditoria operacional sobre o tema câncer de colo de útero, tendo como objeto do trabalho a prevenção e o controle do câncer de colo de útero e como objetivo a identificação e avaliação das causas da baixa eficácia da cobertura vacinal contra o HPV, da baixa eficácia do rastreamento do câncer de colo de útero por meio dos exames citopatológicos, da ineficiência no tocante à tempestividade na realização de procedimentos citopatológicos e para confirmação diagnóstica (exames histopatológicos) e da ineficiência no tempo de início do tratamento do câncer de colo de útero (cirurgia, quimioterapia e radioterapia), tendo como premissas a baixa procura pela vacina contra o HPV, a baixa procura e a fragilidade da busca ativa para a realização dos exames citopatológicos e as fragilidades da rede de atenção à saúde tanto no contexto do diagnóstico como do tratamento.

Também foi realizado no período um levantamento sobre a atuação das organizações sociais nas políticas públicas estadual e municipais de saúde, para identificar objetos e instrumentos de fiscalização e avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.

No trimestre, foi realizada ainda a elaboração do Boletim sobre a situação das mamografias de rastreamento no Estado do Espírito Santo. O estudo técnico tratou da realização de mamografias para a prevenção do câncer de mama com dados dos 78 municípios capixabas, em que foi constatado que apenas 16,4% das mulheres do Estado de 50 a 69 anos que dependem do Sistema Único de Saúde - SUS (sem plano de saúde privado) realizaram mamografias de rastreamento no período de um ano.

Além disso, o tempo de espera entre a solicitação e a liberação do laudo ainda é excessivo em algumas localidades, representando risco de retardar o diagnóstico precoce do câncer de mama.

Em todo o Estado, 41,8% dos exames realizados no período de julho de 2021 a junho de 2022 demoraram mais de 60 dias para terem o laudo liberado a partir da solicitação do exame.



Na análise por município, alguns obtiveram melhora na quantidade de exames realizados ao comparar o período de julho de 2020 a junho de 2021 com o período de julho de 2021 a junho de 2022. Nessa situação encontra-se Fundão que teve o seu quantitativo de exames crescer de 108 para 168 exames. Contudo, 87,5% de seus exames no período de julho de 2021 a junho de 2022 demoraram mais de 60 dias para serem liberados.

A análise realizada se baseou nos dados do Sistema de Informação do Câncer (Siscan) e abarcou o período de 2 anos, entre julho de 2020 e junho de 2022, considerando as mulheres residentes no Estado do Espírito Santo, entre 50 a 69 anos, que dependem do SUS.

Educação

Sobre o tema Educação foi concluído o acompanhamento do cumprimento das metas dos Planos de Educação pelos municípios do ES, e o levantamento com foco na valorização dos profissionais docentes.

Também foi finalizada no trimestre a auditoria operacional para avaliar a articulação institucional dos diversos agentes envolvidos no processo de realização da Busca Ativa, bem como para medir a eficácia do processo de Busca Ativa no município.

Mobilidade Urbana

No período, foi concluído o acompanhamento das providências adotadas pelos municípios quanto à elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana (PMU), tendo em vista os prazos estabelecidos pelo §4º, do art. 24, da Lei Federal nº. 12.587/2012, quais sejam a elaboração do PMU até 12/04/2022, para municípios com mais de 250.000 habitantes, e até 12/04/2023 para municípios com até 2.050.000 habitantes, em conformidade com os critérios estabelecidos no §1º do mesmo artigo.

Como resultado, houve a identificação de 40 municípios que, mesmo obrigado pela Lei 12.587/2012, ainda não possuem Planos de Mobilidade Urbana. Nos 12 municípios que elaboraram seus PMU's, foram identificadas inconformidades



com a legislação vigente ou Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SeMob do então Ministério das Cidades, considerado como “boas práticas” (NBASP 100/27), no tocante à participação popular durante a elaboração do PMU, aprovação do PMU pelo Legislativo Municipal e inserção dos programas nos instrumentos orçamentários públicos (PPA, LDO e LOA).

Dessa forma, a fiscalização contribui para a melhoria dos gastos e governança pública no desenvolvimento urbano sustentável e para o alcance das metas ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, em especial à meta 11.2 “Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.”

Resíduos Sólidos

No trimestre, houve também a continuidade do acompanhamento das providências adotadas pelos municípios quanto à definição da entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, conforme estabelecido no art. 8º, § 5º da Lei Federal 11.445/2007, bem como quanto ao estabelecimento de cobrança pelos serviços de manejo de resíduos sólidos, com vistas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira destes serviços, conforme estabelecido no art. 29, II da Lei 11.445/2007 e Norma de Referência nº 1/2021 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Esta ação contribuiu para a melhoria da prestação dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos, bem como para a gestão financeira de sua prestação. Além disso, esta fiscalização contribui para os ODS 11 e 12, que tratam de “Cidades e comunidades sustentáveis” e “Consumo e produção responsáveis”, respectivamente.



Saneamento Básico

No período, houve a continuidade da auditoria operacional para avaliar a implementação da Política Estadual de Saneamento Básico. Com esta ação, espera-se contribuir para a melhoria da implementação da política de saneamento básico, no tocante às vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerando os desafios estabelecidos pela alteração do Marco de Saneamento em 2020.

Obras Públicas

Foi realizada auditoria de conformidade na execução das obras da área denominada Portal do Príncipe na Vila Rubim e Ilha do Príncipe, em Vitória - ES, objeto do Contrato RDC 5/2020 da Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura – Semobi. Como resultado não houve apontamento de irregularidade.

Houve também o acompanhamento das obras paralisadas, com objetivo de identificar soluções, iniciativas e critérios que possibilitem que órgãos e gestores adotem providências para a melhoria da gestão destas obras. Com esta ação foi possível identificar as boas práticas realizadas pelos jurisdicionados para a retomada de obras paralisadas.

No período, também foi concluído o acompanhamento da construção do hospital de Cariacica pelo Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo (DER) e da Penitenciária de Vila Velha VI pela Secretaria de Justiça (SEJUS), com vistas a garantir a entrega da obra com qualidade e preços adequados e no prazo correto.

Concessões e Privatizações

No período, estava em andamento a auditoria ordinária em contrato de concessão do Transcol para análise do cumprimento de indicadores de desempenho e da regularidade de possíveis pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro que impactem a tarifa cobrada e/ou o subsídio pago pelo Estado.



Foi realizada também no trimestre, a análise do edital e demais estudos de modelagem da privatização antes da publicação do edital de privatização da ES Gás, de forma a aumentar a segurança jurídica da licitação, pois foi realizada análise de inconformidades antes do lançamento do edital, além da obtenção de benefício quantitativo de R\$ 126.265.000,00.

Patrimônio Público

No período estava em execução a auditoria operacional tendo como objeto a investigação criminal dos crimes contra o patrimônio público, tendo como objetivo avaliar a eficácia do esclarecimento dos crimes contra o patrimônio, do ponto de vista da quantidade de crimes investigados e da identificação e sanção dos responsáveis, e o atingimento das metas estabelecidas. Adicionalmente, buscava-se avaliar a eficiência na aplicação dos recursos humanos e materiais empregados na investigação dos crimes patrimoniais.

Auditoria Financeira

No período, estava em andamento a auditoria financeira das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (BGE) do exercício de 2022.

A auditoria financeira objetiva o cumprimento ao inciso I do art. 71 da Constituição Estadual e ao inciso II do art. 1º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (LC Estadual 621/2012) c/c o art. 118 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (Resolução TC 261/2013) visando obter evidência de auditoria para a emissão pelo auditor de uma opinião sobre se as demonstrações contábeis consolidadas do Estado do Espírito Santo refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e os resultados financeiro, patrimonial e orçamentário consolidados do Estado em 31/12/2022, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Receitas

A temática Renúncia de Receita foi objeto de análise na Prestação de Contas do Contas do Governador do Estado referente aos exercícios de 2020 e 2021. O tema foi também avaliado nas Prestações de Contas dos Chefes do Poder



Executivo Municipal do exercício de 2020, e está em andamento a análise deste conteúdo relacionado ao exercício de 2021.

Também foi realizada no período fiscalização quanto à instituição, lançamento, arrecadação e registro contábil referentes à Contribuição Sobre o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP nos municípios de Serra, maior arrecadador do tributo no Estado do Espírito Santo vinculado à concessionária EDP – BRASIL, de Colatina e de Vila Velha. No município de Linhares esta fiscalização encontrava-se em fase de conclusão.

Gestão Fiscal

Foi concluída no período a instrução do conteúdo de gestão fiscal na Prestação de Contas do Governador do Estado dos exercícios de 2020 e 2021, com vistas a subsidiar a emissão de Parecer Prévio para o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo, bem como avaliar a conformidade dos documentos atinentes à gestão fiscal encaminhados nas respectivas Prestações de Contas (PCA).

Em fase de conclusiva encontrava-se no período a instrução do conteúdo de gestão fiscal nas Prestações de Contas dos Chefes do Poder Executivo Municipal do exercício de 2020, e em andamento a instrução deste conteúdo relacionado ao exercício de 2021.

No período, também estava em andamento o acompanhamento da emissão automatizada dos alertas bimestrais, quadrimestrais e semestrais pelo sistema CidadES e a autorização de publicação no Diário Eletrônico do TCEES, relativos à despesa com pessoal, metas de arrecadação, despesa corrente líquida, operações de crédito, garantias e contragarantias, e resultados primário e nominal.

Houve também a geração de dados da gestão fiscal para a elaboração e disponibilização do Painel de Controle do Estado para elaboração do Boletim Mensal da Macrogestão.



Parcerias Interinstitucionais

Parceria do TCEES com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) visando cooperação para construção de indicadores de monitoramento de políticas públicas.

Cooperação entre o TCEES e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o objetivo de obter acesso a imagens de satélite em diferentes datas da execução da obra, permitindo assim, a verificação da evolução das etapas das obras, registradas pelo INPE.

Ação em Parceria com Ministério Público do ES/GAECO e com a Polícia Federal para geração de informações para compartilhamento de dados utilizando a Matriz de Risco, visando identificação de indícios de fraude e corrupção.

Também se destacam no período as parcerias com o Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União (CGU) – Regional Espírito Santo, com vistas à geração de informações para compartilhamento de dados visando melhor desempenho às ações de controle.

Houve também ação em parceria com a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo para geração de informações e atendimento de demandas específicas para subsidiar ações da Polícia Civil.



ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

O Plenário é constituído por sete conselheiros e dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no 4º trimestre de 2022:

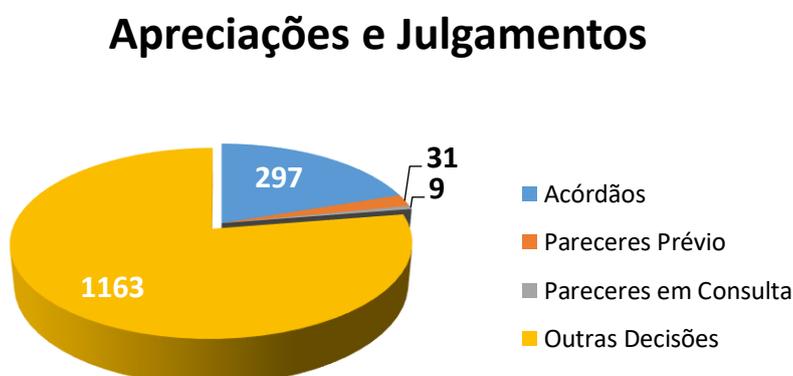
Figura 7 - Atos Normativos



Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por três Conselheiros e dois Conselheiros Substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente:

Figura 8 - Apreciações e Julgamentos



Fonte: Adaptado de SGS



Para o alcance do quantitativo de apreciações e julgamentos apresentados, foram realizadas por este Tribunal, somadas as sessões realizadas pelo Plenário, 1º e 2º Câmaras e Conselho Administrativo, o total de 41 sessões no 4º trimestre de 2022.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o 4º trimestre de 2022, verifica-se que houve avanço nas diversas áreas de atuação do TCEES, especialmente nas ações de controle externo, o que demonstra o compromisso desta Corte em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional. Dentre as diversas ações que se destacaram no período, apontam-se:

- ✓ Aprovação de 21 projetos prioritários para o ano de 2023. A seleção dos projetos levou em consideração os critérios para fortalecer os procedimentos internos da Corte, os trabalhos técnicos de fiscalização e estimular o controle e a participação social.
- ✓ Celebração do Dia do Servidor com a realização de um evento presencial, no auditório do TCEES, cujo tema foi: “Nosso time só é completo com você!”. O evento contou com a palestra do ex-atleta Oscar Schmidt, que apresentou a palestra “Paixão”, e com a entrega de medalhas de homenagem aos servidores que completaram 10, 20, 30, 40 e 50 anos de serviço na instituição.
- ✓ Participação de 9.986 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e os jurisdicionados, nos eventos e cursos promovidos pela Escola de Contas Públicas (ECP) em modalidade presencial e à distância.
- ✓ Elaboração do Boletim sobre a situação das mamografias de rastreamento no Estado do Espírito Santo para a prevenção do câncer de mama com dados dos 78 municípios capixabas.
- ✓ Conclusão do acompanhamento do cumprimento das metas dos Planos de Educação pelos municípios do ES e do levantamento com foco na valorização dos profissionais docentes.
- ✓ Acompanhamento das obras paralisadas, com objetivo de identificar soluções, iniciativas e critérios que possibilitem que órgãos e gestores



adotem providências para a melhoria da gestão destas obras. Com esta ação foi possível identificar as boas práticas realizadas pelos jurisdicionados para a retomada de obras paralisadas.

- ✓ Análise do edital e demais estudos de modelagem da privatização antes da publicação do edital de privatização da ES Gás, de forma a aumentar a segurança jurídica da licitação, pois foi realizada análise de inconformidades antes do lançamento do edital, além da obtenção de benefício quantitativo de R\$ 126.265.000,00.
- ✓ Parceria do TCEES com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) visando cooperação para construção de indicadores de monitoramento de políticas públicas.
- ✓ Cooperação entre o TCEES e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o objetivo de obter acesso a imagens de satélite, permitindo a verificação da evolução das etapas das obras, registradas pelo INPE.
- ✓ Também se destacam no período as parcerias com o Ministério Público do ES/GAECO, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União, com vistas à geração de informações para compartilhamento de dados visando melhor desempenho às ações de controle.

Desta forma, em cumprimento da sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atuou tempestivamente em diversas temáticas, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Presidente do TCEES



ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

